Capítulo 4

Paisagem e Socionatureza

Reginaldo José de Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

Paisagem e Socionatureza. In: SOUZA, R.J. *Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 101-121. ISBN: 978-85-64905-98-6.
<https://doi.org/10.7476/9788564905986.0006>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 4

PAISAGEM E SOCIONATUREZA

4.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Aqui são apresentadas algumas considerações relevantes ao entendimento da paisagem na interface da objetividade com a subjetividade. Uma das motivações deste capítulo foi entender a paisagem para além de uma empiria geográfica que, muitas vezes, impõe certa opacidade à compreensão teórica do conceito.

Na Geografia Física o conceito de paisagem sempre esteve exageradamente vinculado a uma perspectiva funcionalista: entender o funcionamento das dinâmicas da natureza, dos seus elementos e suas interações, mas é difícil localizar o debate sobre a dimensão estética.

A partir de reflexões sobre a amplitude da natureza e as dificuldades impostas à razão no movimento de tentar abarcá-la em sua totalidade, cheguei à ideia de que essa natureza sublime é muito grande para ser o objeto de estudo de uma ciência cujas preocupações se restringem à superfície terrestre, literalmente, ou seja, ao espaço vivido pelos homens.

A evolução técnica é parte fundamental de um processo histórico de negação da natureza ou da construção de uma ligação com ela através da negação do natural. As consequências dessa contradição são muito ruins para a sociedade, mas para a natureza não.

A natureza usada pela sociedade é tangível e está próxima de nós: sentimos o deslocamento do ar, ouvimos sons de trovoadas, vemos o movimento calmo ou revoltado das águas do mar, a corrente serena de um rio, a terra em que pisamos, enfim, tudo o que remete a certo conforto por ser aparentemente estável. Essa natureza próxima é decomposta pela razão e esmaecida pelos artifícios.

Contudo, mesmo na artificialidade, a natureza está presente pelo simples fato de que não há artífice sem matéria para seu trabalho. Então, a natureza se mistura com a sociedade nas cidades e no campo e, em um mundo cuja economia urbana é tão prevalente, a mistura socionatural pode ser desastrosa em várias situações, afinal, nem tudo na natureza tangível é tão estável quanto parece ser.

Embora hibridação seja uma palavra que remeta para união, fusão, interpenetração, no caso da socionatural ela também representa disfunção, disjunção e desarmonia. A paisagem pode ser uma importante chave de interpretação desses processos perigosos de hibridação socionatural, a fim de buscar a harmonia sociedade-natureza.

4.2 UMA ENTIDADE FÍSICA?

Muito embora paisagem seja frequentemente confundida ou sinonimizada com meio ambiente ou natureza, ela é uma das peças que compõe o jogo da interpretação do conjunto de transformações que produzem uma nova sociedade e, por conseguinte, uma reinterpretação da natureza.

Às vezes, a paisagem é reduzida aos seus modos de representação, principalmente a pintura ou a fotografia. Também existe algum equívoco em termos cartográficos: os mapas de unidades de paisagem, por exemplo. É difícil falar de representação de paisagem através de mapas, justamente porque a paisagem pressupõe um olhar a partir do lugar, com o observador posicionado diante do que vê e não acima, como é no caso do mapa elaborado a partir da visão vertical. Anteriormente, apresentei uma chave

de interpretação paisagística em que esta questão ficou esclarecida: a paisagem como espaço limitado, mas aberto e conectado ao infinito, conforme as definições de Rosario Assunto, além da visão sobre a paisagem, conforme Michel Courajoud.

Também contempla o conjunto de equívocos paisagísticos o fato de muitos desvalorizarem o conceito em função de uma suposta sobrecarga de subjetividade e dificuldade de ordenar o território a partir de abstrações ou gozos estéticos. Deve ser de comum acordo que o Brasil não é um país de cultura paisagística no seu sentido mais amplo e profundo. A economia nacional moderniza-se em disparate com a paisagem. A política brasileira é despolitizada do assunto, e uma política pública com o mesmo aporte e desdobramentos da Convenção de Florença¹³, por exemplo, ainda não se efetivou no Brasil.

Preservar a qualidade das águas de um rio ou lago, a mata ciliar, o bosque, a floresta ou salvaguardar o casario de um porto, de um centro histórico, vielas ou fachadas não significa necessariamente um projeto de proteção ou, ainda melhor, de significação da paisagem. É certo que a visada paisagística vai compor-se em uma sequência de elementos importantes como o rio, a mata, a urbe e seus monumentos. Contudo, sem o sentido que todos

13 A Convenção de Florença ou Convenção Europeia da Paisagem, ano de 2000. A Convenção resultou em um instrumento normativo que visa proteger, gerir e ordenar todas as paisagens europeias. A partir da ponderação de que a paisagem cumpre importante função pública em termos culturais, ecológicos e sociais e que sua salvaguarda, gestão e ordenamento podem contribuir para a geração de empregos e envolvimento direto de todos os atores sociais preocupados com suas identidades territoriais, os membros do Conselho da Europa, signatários do tratado, comprometem-se com o reconhecimento jurídico da paisagem como componente ambiental e expressão da diversidade patrimonial, tanto do ponto de vista cultural quanto natural. O documento cria a possibilidade de estabelecer e aplicar políticas de paisagem bem como integrá-la em outras políticas públicas que, de alguma forma, relacionam-se com a transformação paisagística, como é o caso dos planos urbanísticos ou daqueles voltados para o desenvolvimento das áreas rurais. É importante salientar que esforços no Brasil também ocorrem nesse sentido. A Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas disponibiliza a Carta Brasileira da Paisagem (2010) com importantes dispositivos para criar políticas sérias nesse campo. No âmbito continental, destaca-se a Iniciativa Latino-americana da Paisagem (LALI), uma declaração de princípios éticos com objetivo de estabelecer políticas de paisagem, promove “o reconhecimento, valorização, proteção, gestão e planejamento sustentável da paisagem latino-americana, mediante a adoção de convenções (leis, acordos, decretos, normas) que reconheçam a diversidade e os valores locais, nacionais e regionais, tanto tangíveis quanto intangíveis, assim como os princípios e processos pertinentes para sua proteção” (LALI, 2013). Muito embora se tenha acordos e convenções, no Brasil ainda há longo percurso para alcançar verdadeiramente o status de uma sociedade com evidente preocupação com suas paisagens.

elementos adquirem a partir do olhar e da percepção/interpretação das pessoas que com eles fazem contato quotidianamente (ou esporadicamente, no caso de um pesquisador, de um turista, um passante...), jamais o casario, a floresta, as montanhas, entre outros elementos, serão observados e vivenciados como elementos capazes de suscitar um sentimento de paisagem.

Uma das questões-desafio colocada por minha então supervisora de pós-doutoramento, professora Adriana Serrão, foi: a paisagem é uma entidade física? Através dos autores pesquisados, citados ao longo de todo texto, bem como das reflexões que me possibilitaram desenvolver, procurei responder à questão nesta última parte do trabalho. Desde já, adianto que paisagem é sim uma entidade física, embora seja também outra coisa: o fruto de abstrações e de sentimentos. Há uma dimensão emocional na paisagem que a torna dúbia, ou seja, uma combinação entre entes físicos e maneiras diferenciadas de percebê-los.

Assim, também há a necessidade de compor uma estratégia de leitura-interpretação-análise da paisagem considerando os caminhos e direções espaço-temporais da percepção como um leque de possibilidades para que geógrafos construam ou reconstruam um conceito tão fundamental para esta ciência, notadamente, na medida em que se abre para as análises ambientais que caracterizam a Geografia como ciência humana da natureza.

É certo que a paisagem não se restringe ao universo da ciência geográfica, e formulações teóricas interdisciplinares são cada vez mais necessárias. A minha tentativa de conjugação com a Filosofia trouxe respostas para duas perguntas fundamentais ligadas à elaboração do projeto de investigação, que precedeu este trabalho:

- a. Por que a paisagem ainda é confundida com natureza?
- b. Por que o ensino de Geografia, muitas vezes, permanece na ideia de paisagem como “quadro natural” e quais são as consequências disso?

A paisagem é frequentemente confundida com natureza, por uma razão mais ou menos simples: ela é natureza. Não há qualquer heresia quando alguém se refere à paisagem a partir de entes que não foram criados pelas mãos

humanas: o mar, a montanha, a floresta, a praia. Entretanto, inverter a definição para “a natureza é paisagem” revela a inoperância dessa inversão. A *natureza não é paisagem* e, assim, a permanência da ideia de que *a natureza é paisagem* faz o ensino de Geografia não ser eficaz no campo da temática paisagística.

Insistir na *natureza como paisagem*, sem precisar o momento em que ela pode *emergir na consciência como paisagem*, fez com que livros didáticos a tratassem como quadro natural, no sentido restrito de uma composição de elementos naturais em estado bruto, em certos casos, apenas impactados pela ação humana. Não há de descartar-se a hipótese de que isso seja, talvez, uma herança ainda da época em que se concebia a paisagem como cenário ou palco para a ação, jamais como cenário-palco da ação e do pensamento concomitantemente.

Cordilheira dos Andes, Chile. A travessia aérea pelos Andes é qualquer coisa estupefaciente. A experiência estética foi diferenciada pelo fato de que estava dentro de uma aeronave, no entanto o comprazimento e o descompasso da razão remetem para o sentimento do sublime. Por mais que se discorra em palavras, não será possível aproximar a imponência da cadeia montanhosa ao que está representado na fotografia. O gozo estético, ao mirar a obra da natureza, sem o intermédio da técnica, é sempre incomparável. Mais do que um simples “quadro natural”, mais ou menos autossuficiente, a presença do infinito no limitado, a suposição da força da natureza e o acerto da pequenez humana, o desejo de que a vida faça sentido diante do imenso caos ou da imensa ordem natural, enfim, tal enlace tortuoso entre razão e emoção é que faz da paisagem uma experiência espaço-temporal única. A paisagem também observa o observador. Foto do autor. Agosto de 2015.

Sempre com todo respeito e admiração ao trabalho dos grandes pintores e fotógrafos, sou adepto da ideia de que não há experiência de maior gozo estético do que aquela em contato direto com a imponência da natureza: nunca haverá uma pintura ou fotografia capaz de capturar a magnificência da massa rochosa de uma cadeia montanhosa.

A concepção do quadro natural geográfico, porém, reforça a imprecisão de *natureza como sinônimo de paisagem* e, por conseguinte, faz com que as pessoas, notadamente os moradores das metrópoles, sempre pensem que a paisagem é algo distante porque aparentemente a própria natureza está distante delas. Não é bem assim, pois, para que a paisagem exista, sempre devem existir olhos perante ela.

4.3 PAISAGEM: APREENSÃO DO SUBLIME, COMPREENSÃO DA BELEZA

A paisagem é a expressão estética da natureza que vem com o prazer ou comprazimento negativo. A paisagem suscita o sentimento da beleza ou a sublimidade do natural e, em função disso, pode levantar o juízo de valor com relação ao estado de equilíbrio ou desequilíbrio de seus elementos, também do ponto de vista do artifício humano.

Essas duas vertentes de pensamento interessam para a Geografia. A primeira, a da natureza infinita/sublime, coloca o fato de que não basta a um professor desta disciplina ensinar aos seus alunos que paisagens são belos quadros elaborados por forças naturais em perfeita harmonia.

A *physis* tem dinâmicas caóticas, pois ela também é constituída por desarranjos criativos, por morte, putrefação da matéria biótica, fragmentação e pulverização da matéria abiótica. A natureza, enquanto força maior do que as vontades humanas, ultrapassa a harmonia, embora também se apresente enquanto harmonia durante boa parte do tempo. A sucessão dia/noite, a mudança das estações, a germinação, o crescimento e florescimento, o equilíbrio térmico da atmosfera, tudo parece ser perfeitamente arquitetado para a existência da vida e com a finalidade da *garantia da vida humana*.

Ao mesmo tempo, e para além do antropocentrismo, a sucessão dia/noite, a mudança das estações, os processos de germinação, crescimento e frutificação dos vegetais e a circulação atmosférica são resultados de fluxos energéticos quase inacreditáveis: imagine o que poderia acontecer a uma pessoa se lhe impusessem um movimento giratório em torno de si a uma velocidade de 1.700 quilômetros por hora? Não suportaria, certamente.

Os fluxos de matéria e energia entre solos e folhas ou frutos de árvores por toda a superfície vegetada do planeta (mais no passado do que no presente) também fazem pensar na face descomunal da natureza potência, sem contar a carga de radiação solar suportada pela atmosfera que, se não

existisse, não estaríamos aqui para observar paisagens e tentar compreendê-las como enlaces com a vida.

Por isso a coerência em pensar a paisagem como janela para o infinito, pois através desse tipo de pensamento se pode apreender a natureza para além das manifestações mais próximas de suas dinâmicas.

Admitir intuitivamente um quantum na faculdade da imaginação, para poder utilizá-lo como medida ou como unidade para avaliação da grandeza por números, implica duas ações desta faculdade: *Apreensão* (*apprehensio*) e *compreensão* (*comprehensio aesthetica*). Com a apreensão isso não é difícil, pois com ela pode-se ir até o infinito; mas a compreensão torna-se sempre mais difícil quanto mais a apreensão avança, e atinge logo o seu máximo, a saber a medida fundamental esteticamente-máxima da avaliação das grandezas. Pois quando a apreensão chegou tão longe, a ponto de as representações parciais da intuição dos sentidos primeiramente apreendidas na faculdade da imaginação já começarem a extinguir-se, enquanto esta avança para a apreensão de várias, então perde de um lado tanto quanto ganha de outro e na compreensão há um máximo que ela não pode exceder.

Isto permite explicar o que *Savary*, nas suas notícias do Egito, observa: que não se tem de estar muito perto das pirâmides e tão pouco se tem de estar muito longe delas para se obter a inteira comoção da sua grandeza. Pois se ocorre o último caso, então as partes, que são apreendidas (as pedras das mesmas umas sobre as outras), são representadas só obscuramente e a sua representação não produz nenhum efeito sobre o sentimento estético do sujeito. Se porém ocorre o primeiro, então os olhos precisam de algum tempo para completar a apreensão da base até o ápice; neste porém sempre se dissolvem em parte as primeiras representações, antes que a faculdade da imaginação tenha acolhido as últimas e a compreensão jamais é completa. (KANT, CFJ, § 26).

Na avaliação da grandeza das coisas para entender a ideia do sublime, Kant nos permite compreender a reflexão aqui colocada: a paisagem serve para apreender a natureza infinita e para compreender a natureza ao nosso alcance. Na medida em que o pensamento mais se abre para a natureza infinita, menos somos capazes de compreendê-la e apenas sentimo-la sem

que a nossa compreensão abarque a sua totalidade. Apreender é, portanto, diferente de compreender. Nas manifestações da natureza mais próxima de nós, então, é possível ativar o mecanismo da compreensão e elaborarmos juízos estéticos. Assim, a paisagem não é um mero quadro da natureza, tanto do ponto de vista romantizado quanto do ponto de vista da máxima empiria, ou seja, do quadro geográfico, muitas vezes chamado de ecossistema, geossistema ou ambiente.

A paisagem é um entrecruzamento de diferentes escalas da percepção do mundo. Certamente não há paisagem no espaço cósmico ao infinito, bem como não há paisagem quando se olha para o chão no qual se pisa. Por isso, a paisagem surge no contato com o horizonte, que é o limite entre o que está relativamente próximo e o relativamente distante, como a mediação entre apreensão e compreensão do mundo vivido. Como no exemplo das pirâmides do Egito, cuja monumentalidade não é apreendida nem muito distante nem muito próxima do observador. A Geografia deve, obrigatoriamente, adentrar na estética para não confundir a paisagem com natureza ou com ambiente.

Diferenciar natureza de paisagem é importante para chegar ao entendimento de que a primeira é matéria constituinte da segunda. No entanto, somente isso não basta. Mesmo não sendo a natureza sinônimo de paisagem, sua negação é a negação da paisagem. Talvez a grande tarefa para os professores consista em fazer perceber o ponto a partir do qual, no tempo e no espaço, a paisagem é obscurecida/negada pela técnica. Se nos remetermos ao corredor dos altos edifícios da avenida Paulista, temos ali muito mais uma contra-paisagem do que uma paisagem.

Há uma negação da paisagem na medida em que a vista se volta para elementos que dividem a paisagem: as paredes, o concreto, a cobertura asfáltica, os edifícios espelhados que reforçam o cenário de ruptura paisagística quando os reflexos criam a ilusão de continuidade infinita, não da natureza, mas do artifício que a nega.

A paisagem, um conceito espacial, é uma via de acesso ao entendimento de relações sociais responsáveis por espacializar iniquidades que

tornam a vida tão boa para uns e tão sofrida para outros. Na medida em que a experiência estética do belo e do sublime natural não atravessa minhas emoções, porque as urgências vindas da miséria material me afligem, algo vai muito errado comigo e, principalmente, com a sociedade que me cerca.

São Paulo, Avenida Paulista. Paisagem urbana. Paisagem ou contra-paisagem? Se aceita-se o postulado de que a paisagem emerge do encontro verdadeiro entre Céu e Terra, que chega aos olhos do observador, então, é preciso diferenciar o que é uma vista do que é uma paisagem. As metrópoles passam a impressão de que são espaços puramente artificiais, cortam a paisagem na medida em que parecem negar a natureza. Há espaço, sim. E também há uma natureza pulsante, por mais que a visão imediata custe acreditar: há atmosfera, há hidrografia, há relevo, há vegetação e haveria muito mais se não fosse o desmatamento que precedeu a existência da urbe. O material das construções não tem outra fonte originária, é a natureza. Porém, do ponto de vista da concepção da ideia de cidade e, no caso, de metrópole, a relação que se faz com toda a natureza perfeitamente identificável nela é através de sua negação, por mais absurdo que isso possa parecer. Como negação da estética natural, a cidade também é uma negação da paisagem. Uma contra-paisagem. Foto do autor. Dezembro de 2016.

Com relação à natureza distante, cuja fronteira mais próxima de nós poderia ser o próprio cinturão magnético do planeta, embora sondas espaciais já consigam ultrapassá-lo, o seu limite, a partir do qual a nossa

compreensão vai gradualmente perdendo espaço para a apreensão, é a fronteira última do sistema solar.

Tudo o que se sabe ou se pensa existir depois desse limite começa a ficar cada vez mais complicado: por exemplo, muito embora se tenham representações da Via Láctea, não somos realmente capazes de imaginar em detalhes como seria uma viagem para seu centro. Na apreensão da natureza distante, a nossa própria existência como humanidade é questionada ou esmaecida. Muito longe de chegar-se a qualquer coisa como devaneio de ficção científica, esta constatação tem enorme potencial: todos somos tragados por esta potência, esta coisa indefinida entre a ordem e o caos.

Na natureza próxima, a independência de suas dinâmicas em relação aos desígnios humanos também acontece. Contudo, muitos consideram que esta natureza tangível ao homem já não é mais uma natureza pura, em estado bruto. O movimento ambientalista preocupa-se com ela, e as práticas sustentáveis alertam para a necessidade de preservação de recursos para gerações futuras. No âmbito dessa natureza relativamente compreendida, ao mesmo tempo em que há a suposta ideia de controle, também há o medo de sua finitude.

Seria uma deselegância perceptiva não concordar que, de fato, a natureza que se permite alterada pelo engenho humano tem muitas de suas dinâmicas e entes modificados. É preciso deixar claro, contudo, que a modificação não implica a supressão da natureza.

Se, no passado, os eventos sociais ocorriam nos entremeios dos eventos naturais, hoje, por mais que pareça absurdo isso que vou dizer, tudo está da mesma forma! A pressão antrópica é muito pequena diante da *physis*. Não há vontade humana que impeça um terremoto, a passagem de uma frente fria, uma erupção vulcânica, um tsunami, um furacão ou um tornado. Assim, muito do que a gente chama de catástrofe ou desastre natural, em nada tem de desastroso ou catastrófico do ponto de vista da própria natureza: são apenas suas dinâmicas a fluir no

tempo e no espaço. Catástrofes são verdadeiramente sociais, porque é a fragilidade das pessoas que se comprova em situações nas quais a força da natureza se impõe.

Os impactos causados pela ação antrópica, tais como a poluição do ar, da água, do solo, o uso de venenos nas plantações, a derrubada de imensas capas de floresta para uso econômico da madeira e das áreas desmatadas, a construção das cidades, de equipamentos de produção de energia elétrica, as mineradoras, enfim, todos fazem parte de um processo de elaboração de socionatureza.

A socionatureza é uma noção híbrida por meio da qual se reconhece a força do atual mundo técnico, sem, contudo, negar a força maior da natureza. A humanidade tornou-se uma produtora de socionatureza, sim. Entretanto, é importante verificar que a socionatureza não representa qualquer capacidade técnica de transformação da essência da natureza. A face híbrida da socionatureza, que caracteriza o mundo contemporâneo, em muito se aproxima do sentido etimológico da *hybris* grega, ou seja, de uma combinação anômala, feita para não dar certo, geradora de desarranjos ontológicos. No próximo item falarei a respeito da relação entre socionatureza e paisagem.

4.4 A SOCIONATUREZA E A PAISAGEM

Debater as relações entre as dinâmicas socionaturais e as transformações das paisagens implica numa tentativa de entender as consequências da fusão entre sociedade e (parte da) natureza que se materializam no espaço geográfico, alteram-no permanentemente e, de modo direto, determinam os arranjos econômicos.

Erik Swyngedouw é um professor de Geografia que aborda a noção de socionatureza para problematizar as cidades híbridas, ou aquilo que ele chama de urbanização ciborgue. O autor compreende a cidade como uma junção de elementos técnicos e naturais, a partir de uma concepção que

é interessante ao geógrafo, quando muitas vezes se subestimam as próprias dinâmicas da natureza enquanto componentes dos espaços urbanos.

No discurso comum também é recorrente a associação entre espaço rural e natureza. Isto pelo fato de que ela é, a priori, supostamente muito mais evidente no campo quando comparada com as cidades. Geralmente, relaciona-se as grandes extensões de pastagens ou cultivos, fulcros de reservas florestais, rios aparentemente não poluídos, o “ar puro” e o frescor do campo com a ideia de um ambiente mais influenciado pelos fatos naturais.

Primeiro, é considerável ter em vista que, ao desenvolvimento de pesquisas que fujam de quaisquer perspectivas deterministas, impõe-se uma necessária reformulação e constantes debates sobre o que se define por natureza. Ao que tudo indica, tratar da natureza a partir do postulado de sua própria infinitude parece não ser um objetivo buscado entre aqueles que lidam diretamente com questões ambientais em suas práticas de pesquisas. A seguir será problematizado o papel da pesquisa geográfica perante o que se trata por natureza ou por dinâmicas da natureza.

4.5 A NATUREZA É MUITO GRANDE

O objeto ou objetos de estudos buscados por geógrafos estão inscritos na superfície terrestre. Geógrafos podem estudar os oceanos, a atmosfera, as dinâmicas geológicas, mas sempre com o intuito maior de compreender o modo como essas dinâmicas atuam na grafia do espaço realmente vivido pelos homens.

Estudar a natureza é um imenso desafio para esta ciência. Isto porque a natureza vai além das fronteiras cósmicas e se aprofunda nas camadas internas mais inferiores do planeta. Temos a noção de que a natureza é uma coisa infinita que o nosso intelecto não consegue abarcar. Poder-se-ia até mesmo falar de um conflito que se manifesta com o choque entre os limites do intelecto humano e a falta de limites do que pode ser a natureza. No

entanto, simplesmente sequer ocorre tal conflito porque não há interações entre tudo o que existe enquanto natureza e aquilo que o nosso próprio pensamento é capaz de objetivar, apenas apreendemos sem compreender. Se é possível considerar a Física como a ciência genuína da natureza, ela também parece ainda não abarcar um estudo completo da *physis*.

A natureza é muito grande para ser objeto da Geografia. A natureza comparece como um dos mais amplos conceitos porque engloba uma miríade de temas que são fundamentais em diversas disciplinas, sejam humanas, biológicas ou exatas. O seu postulado de infinitude, no entanto, apenas abre vias de compreensão sobre seus processos constantes de transformação, criação, destruição e equilíbrio dinâmico dentro dos limites que a razão consegue mensurar.

Assim, reconhece-se, por exemplo, que a floresta não é a natureza, mas tão somente um dos modos pelos quais a natureza se apresenta. Os animais são sínteses de dinâmicas naturais, que são partes da constituição da natureza. O mesmo princípio pode ser aplicado aos homens, aos gases, aos minérios... A partir desse entendimento outro debate se impõe: as diferentes temporalidades pelas quais se manifestam as dinâmicas da natureza.

A sociedade não produz conflitos contra a natureza, mas produz conflitos quando toma para si, como recursos, parte dos resultados de suas dinâmicas. Em função da apropriação dos recursos surge o temor com possibilidade da escassez. Isso permeia quaisquer alardes quanto ao esgotamento de água e petróleo, notadamente. Então, difunde-se a ideia de que a natureza é finita e precisa ser salva.

Simplesmente não se percebe que a regeneração dos recursos não se dá, em alguns casos, na mesma temporalidade dos homens e da sociedade. Portanto, a sociedade não está produzindo conflitos contra a natureza, mas contra si mesma. E é interessante destacar que esta conflitualidade emerge em um quadro de contradição: enquanto se busca manter e reproduzir um dado padrão de vida e de consumo, em verdade se colabora para criar condições que os colocam cada vez mais em xeque.

Entre sociedade e natureza não há herói ou vilão, mas no nível das relações sociais os seres humanos podem ser destrutivos e autodestrutivos. Se chegássemos a um ponto crítico de poluição atmosférica, onde ninguém pudesse mais respirar tranquilamente, a atmosfera não sofreria em nada com isso. Quem respira, sim. E, diante de uma suposição como esta, ninguém poderia falar de uma revolta da natureza, um castigo atmosférico ou qualquer coisa do gênero, como muitas vezes se faz, nos dias de hoje, através de exclamações já tão surradas como “catástrofe natural!” ou “desastre natural!”

É ao redor do temor à escassez que gravita boa parte das preocupações com o meio ambiente nos dias atuais. Afinal, o recurso que se esgota coloca em risco a satisfação do mais básico dos impulsos humanos, o de sobrevivência. Assim, cabe à sociedade entender seus limites – e qual deve ser o seu papel – na transformação das dinâmicas naturais e na apropriação dos recursos, que são importantes à manutenção da vida, já que a natureza, em si, não tem limites.

Por outro lado, os homens têm consciência de suas fragilidades. Então, à sociedade se demanda gestar uma racionalidade que melhor oriente as relações com dinâmicas da natureza e sua transmutação em recursos, buscando solucionar impactos negativos e os danos sociais que provocam.

4.6 HIBRIDAÇÃO SOCIONATURAL

Pensar a hibridação socionatural vai um pouco além de pensar a relação sociedade-natureza. O raciocínio é simples: quando dois elementos distintos se misturam, cria-se algo diferente do que eram antes, separadamente. Misturar-se ou fundir-se vai além de relacionar-se. É preciso recuperar a noção grega de *hybris*, a desmesura que condenou Prometeu ao constante ferimento do seu fígado, por ter dado aos homens o fogo do conhecimento. O sentido é de ultrapassagem de fronteira, de alcance de

limites proibidos, de constituição de quimeras ou qualquer anomalia resultante do excesso ou da mistura.

Na contemporaneidade, Haraway (2009) lembra que:

No final do século XX, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues. O ciborgue é nossa ontologia; ele determina nossa política. O ciborgue é uma imagem condensada tanto da imaginação quanto da realidade material: esses dois centros, conjugados, estruturam qualquer possibilidade de transformação histórica. Nas tradições da ciência e da política ocidentais (a tradição do capitalismo racista, dominado pelos homens; a tradição do progresso; a tradição da apropriação da natureza como matéria para a produção da cultura; a tradição da reprodução do eu a partir dos reflexos do outro), a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteiras. As coisas que estão em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação (HARAWAY, 2009, p. 37).

A ideia do ciborgue transmuta-se de metáfora para uma reflexão sobre o mundo atual. A sociedade capitalista corporifica a técnica na medida em que a produz e a consome. A técnica torna-se extensão de corpos. Todavia, para além das definições de ciborgue voltadas tão somente às relações entre técnica e corpo humano/corpo animal, Haraway (2009) também nos alerta para significados que não se reduzem unicamente ao universo ficcional, pois, a partir dele, abrem-se possíveis analogias para pensarmos a realidade, a complexidade ou a confusão (com fusão!) do mundo em que vivemos.

Centauro cavalgado pelo Amor, Museu do Louvre, Paris. As representações híbridas causam fascínio por dois motivos: podem remeter a anomalias que prendem a nossa atenção ou podem remeter a virtudes que buscamos: força, nobreza espiritual (aproximação a deidades), habilidades. Para além dos híbridos mitológicos/religiosos, há aqueles que são técnicos: os ciborgues, representados pela robótica, pelos empreendimentos de geração de energia, pela tecnologia de produção das fábricas, pelas próteses que compõem nossos corpos ou por toda a estrutura e rede urbanas de circulação e comunicação. Os ciborgues sempre quiseram ser melhores do que os homens e do que a própria natureza, superar os seus defeitos e imprevistos. Híbridos são fascinantes para o bem e para o mal, diferentemente disso não seriam híbridos. Foto autor. Novembro de 2013.

A hibridação socionatural pode ser uma ideia interessante para fundamentar outra epistemologia geográfica. Ela seria pautada na construção teórico-metodológica da ciência preocupada em entender os desdobramentos da fusão da sociedade à certa parte da natureza, que é capturada pela razão.

Se for possível dizer que a sociedade cria uma espécie de relação contraditória com a natureza, através de sua negação, isso se deve à técnica, que seria o elemento central da negação natural. *A priori*, a técnica seria a chave de controle das dinâmicas da natureza: através dela as noites são iluminadas, as longas distâncias são vencidas em tempo mais rápido, os cultivos de plantas são mecanizados, não é mais necessário ir à caça para garantir alimentos e, em alguns casos, pode-se protelar a morte em função de doenças, mesmo que muitas delas sejam também consequências da artificialização do mundo, vide as grandes quantidades de químicos ingeridos junto com os alimentos industrializados.

No entanto, apenas aprioristicamente a técnica tem esta face de suposto controle da natureza, porque, no fundo, a natureza não deixa de fluir em nossos corpos, no ar que respiramos, na terra em que pisamos, nas cidades que parecem ser reinos da completa artificialidade. Na paisagem, a cidade suplanta as bacias hidrográficas, mas os rios não assoreados continuam com seus regimes de cheia e vazão periódicas; as tempestades não cessam, porque há uma área urbana em seu trajeto; e terremotos não se acalmam quando as ondas sísmicas atingem as áreas construídas.

Se há realmente algum fascínio humano com as representações híbridas, as esfinges, os deuses, os ciborgues, por remeterem à superação das próprias limitações humanas pela figuração da força, da nobreza espiritual ou da funcionalidade técnica, então, muitas das cidades-ciborgues da contemporaneidade são híbridos fracos, produzidos através de lógicas falhas que caminham para a negação do natural na sociedade e a negação do social na natureza tangível.

A noção de socionatureza pode provocar o espírito para essas disjunções, não para direcionar o pensamento para a busca de harmonia entre sociedade e natureza, mas para compreendermos onde estão as falhas humanas no entendimento da natureza e no modo disfuncional de relação com ela. A paisagem é que pode suscitar a busca pela harmonia.

4.7 PAISAGEM É REENCONTRO

A crise ambiental contemporânea é também uma crise paisagística. A paisagem é um excelente conceito operativo (SUERTEGARAY, 2001) para analisar criticamente a crise ambiental. Travestidas de desenvolvimento e progresso, as ações de fragmentação da paisagem são resultantes de lógicas desordenadas que não valorizam de fato a natureza: rios são poluídos, florestas são derrubadas, imensos arranha-céus formam contra-paisagens vistas dos corredores urbanos artificiais. Cada vez mais, a paisagem se faz como um elemento político de extrema relevância para promover soluções de problemas que afetam os territórios, os lugares e a vida de pessoas.

Na Geografia, muitos temas de pesquisa têm sempre uma inspiração paisagística, mesmo que não seja o objetivo primeiro do pesquisador utilizar esse conceito. Como os fenômenos e processos que transformam permanentemente o espaço geográfico têm, em algum momento, uma manifestação paisagística, então, é natural que a paisagem seja muito frequentemente um objeto de pesquisa ou, no mínimo, um ponto de partida.

Em termos de elaboração de um raciocínio ambiental, Bertrand (2009) apresenta três etapas de compreensão de dinâmicas socionaturais que são responsáveis pela caracterização e transformações *nas e das* paisagens. Seu percurso teórico inicia-se com a evidência de uma *natureza-fonte*, analisada através do conceito de geossistema. Posteriormente, concebe-se que a sociedade aciona a transformação da *natureza-fonte* em *natureza-recurso* na via das dinâmicas econômicas – e estas transformações são analisadas através do conceito de território. Por fim, há uma *natureza-arte*, que se chama paisagem, ou seja, o reflexo das etapas ou dos traslados anteriores, das diferentes maneiras pelas quais as sociedades expressaram suas formas de relacionar-se ou hibridar-se com certos aspectos do mundo natural.

A paisagem é uma qualidade da vida, enquanto experimentação *do* e projeção *no* mundo. Negar a paisagem é o mesmo que negar a beleza que todo ser humano idealiza e busca alcançar em sua existência. Destruir a paisagem

significa infertilizar o Eros da vida, a vontade de conhecimento, o desejo de saber o tamanho do mundo, mesmo que apenas seja para constatar a própria pequenez diante dele, mas, junto com essa constatação, sentir aquele gozo estético que faz pensar ser a vida qualquer coisa, menos descartável. O encontro com a paisagem sempre será um encontro com nobres valores.

No Brasil, a paisagem poderia ser utilizada coerentemente como um instrumento do *aménagement* dos territórios. Ela poderia ser uma chave para se compreender a interface socionatural das áreas urbanas, rurais, das unidades de conservação, por meio de perspectivas múltiplas que reconhecem as dimensões social, espacial, antrópica, patrimonial e híbrida (socionatural) do território. Desta forma, abrir-se-iam possibilidades para:

- i) Analisar as estratégias sociais de apropriação dos recursos da natureza e seus impactos a curto, médio e longo prazo, tendo-se em vista que todo simbolismo de uma paisagem está diretamente relacionado com tais estratégias de apropriação de recursos e seu sentido não apenas econômico, mas, também, político e cultural;
- ii) No caso da valorização da perspectiva espacial, isto serviria para evitar a elaboração de estudos diagnósticos e prospectivos tendo como enfoque a divisão espacial do tipo corológico ou a reduzida compreensão de território como espaço delimitado *pelo* poder *para a* administração;
- iii) Reconhecer as fragilidades dos processos de artificialização dos “meios naturais”, isto é, da construção histórica de uma socionatureza nos entremeios de uma natureza-potência grandiosa e infinita, cujas dinâmicas superiores não são controladas ou alteradas pela tecnologia (não há vontade humana que freie o movimento de rotação da Terra ou que bloqueie uma erupção vulcânica, por exemplo). Somente com este reconhecimento é que se poderá considerar que uma cidade, mesmo sendo um palco de artifícios, não é uma fronteira fechada a passagens de frentes frias, tempestades, aumento periódico do volume de seus rios e as consequências (boas ou ruins) advindas desses fenômenos;
- iv) Analisar a memória dos territórios e das regiões, inscrevendo a socionatureza na trama dos diferentes tempos e suas respectivas processualidades – desde as temporalidades das dinâmicas da natureza àquelas das dinâmicas sociais e, por fim:

v) Inserir a dimensão prospectiva na análise da paisagem para contribuir com propostas de ordenamento territorial e uso racional dos recursos. (SOUZA, 2015).

Entender a paisagem é, de certo modo, fazer uma viagem para perscrutar o que há no mundo e o que há do mundo em nós. O poema “Traduzir-se”, de Ferreira Gullar, apresenta a tradução existencial de sua personagem em duas partes aparentemente diferentes: uma parte dele é a multidão e sua capacidade de autoidentificar-se, a rotina, a racionalidade. A outra parte é composta de delírio, de autoestranhamento, de linguagem e solidão. A paisagem também tem muito desses traslados entre a objetividade e a subjetividade. Entender a arte da paisagem implica na capacidade de traduzir-se a dimensão objetiva na subjetiva e vice-versa.

A paisagem é maior do que as molduras de quadros ou de porta-retratos. Não se trata apenas de fazer referência a uma bela imagem, mas à beleza do mundo e às implicações éticas disso. Existem espaços marcados pelo desagradável, pela fealdade, com elementos desorganizados, com poluição de todos os gêneros, com muitos indicadores de situações de urgência que devem ser profundamente transformados.

Esses espaços podem até ser chamados de paisagens, paisagens feias, paisagens desconfortáveis, mas o mais importante é reconhecer que, essencialmente, faltam-lhes a paisagem. Na medida em que uma sociedade se sensibiliza com aquilo que ela constrói como conjunto de formas representativas de si, então, a valorização da paisagem poderá mesmo ser uma conexão para o ordenamento territorial e para a consolidação de uma política e uma cultura paisagística que nos retire de contextos nos quais a economia passa por cima da paisagem, criando contra-paisagens.